



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES

Marina Battistetti Festozo¹

Marília Freitas de Campos Tozoni Reis²

RESUMO

As relações estabelecidas entre seres humanos e entre eles e a natureza são fruto de um contexto histórico e social em que estão inseridos. O homem é um ser natural vivo, que só pode sobreviver através de seu intercâmbio com o metabolismo da natureza, contudo ao longo do tempo e das decisões humanas este vínculo intercambial foi rompido, o que reforçado pela lógica capitalista resultou em uma crise civilizatória. Com estas preocupações, vê-se a necessidade de superar o contexto em que a crise foi gerada, através da transformação do relacionamento entre homens e natureza. Este estudo, a partir dos pressupostos da Educação Ambiental crítica e metodologia de pesquisa qualitativa, realizou-se em uma comunidade caiçara do Guarujá e buscou investigar o envolvimento da população nas atividades sociais desenvolvidas na Prainha Branca: como se dá o exercício da cidadania comunitária, os fatores que limitam estes processos, e o quão responsáveis os moradores se sentem pela configuração de sua própria realidade, de modo a elucidar os aspectos que envolvem esta dinâmica e a potencialidade da população de construir sua própria história.

Palavras-chave: educação ambiental, comunidades; história; organização social.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação para a Ciência, UNESP – CEP: 17033-360, Bauru, SP, Brasil. marina@festozo.com.br e mbfestozo@hotmail.com, GPEA – Grupo Pesquisa em Educação Ambiental – UNESP, Bauru: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=03307080KJME20>

² Prof. Dra. Depto. Educação, UNESP CEP: 18618-000 Botucatu, SP, Brasil. mariliaedu@ibb.unesp.br

ABSTRACT

The relationship between human beings and between them and nature are the result of a historical and social context in which they are inserted. The man is a natural living being who can only survive by the exchange with nature's metabolism, but over time and human's decisions this relation was interrupted, which strengthened by capitalism logic resulted as a civilization crisis. With these concerns, it's necessary to overcome the context in which the crisis was generated, transforming the relationship between men and nature. This study, based on Critical Environmental Education and qualitative research methodology, occurred on a seashore community on Guarujá, investigated the the involvement of its population on social activities already developed on Prainha Branca: how they exercise their community citizenship, which factors limit these processes, and how responsible the residents feel about their own reality, in order to elucidate the aspects that involve that dynamics and population's potential to build their own history.

Keywords: communities; history; social organization

Introdução

Historicamente, os seres humanos estabelecem relações sociais e por meio delas atribuem significados à natureza. Estes significados podem ser muito variáveis: econômico, estético, sagrado, lúdico, etc. A questão ambiental diz respeito à maneira como a sociedade se relaciona com a natureza. O homem³ como parte integrante da natureza é o ponto de partida dos estudos de Karl Marx (1818 - 1883). O homem é um ser natural vivo, que só pode sobreviver através de seu intercâmbio constante com o metabolismo da natureza. A natureza é denominada de corpo inorgânico do homem, “o corpo objetivo de sua subjetividade” (MARKUS, 1974, p. 8). No entanto, o homem não é um ser apenas natural, mas também um ser especificamente humano, que produz o seu gênero, um ente genérico. É neste ponto que o ser humano, se diferencia substancialmente dos animais: pela atividade consciente livre.

Conforme nos diz o mesmo autor, a atividade animal determina o consumo de objetos, direcionada para a satisfação da necessidade imediatamente dada. A conduta do animal é instintiva e sua atividade diretamente inata. Os homens, no entanto, podem produzir seus meios de vida, seus alimentos, determinando indiretamente a sua vida material e produzindo o gênero humano. Este diferencial, a atividade vital do homem, é chamada por nós de trabalho: “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o

3 Homem aqui se refere ao gênero humano, sem fazer qualquer tipo de distinção entre homens e mulheres.

homem media, regula e controla, pela sua própria ação, seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p. 149).

Esta mediação, interação, ao longo do tempo, passou a ser encarada de forma diversa. O metabolismo humano tornou-se mais independente do metabolismo da natureza, até configurar-se como controle sobre a natureza, levando o homem ocidental, a acreditar que toda natureza poderia ser submetida ao seu domínio, e, conseqüentemente, todos os “recursos” pudessem ser extraídos. O vínculo intercambial entre o homem e seu meio natural, este “pertencimento” humano à natureza foi, através dos tempos e das decisões humanas, se deteriorando. A natureza é encarada, portanto, como um lugar fora dali, separado do ambiente humano, um local com plantas e animais, quando não apenas como um recurso a ser consumido e quantificado. O resultado desta história social de relacionamento da sociedade ocidental com a natureza deflagrou uma crise, gerada a partir de atuações ecológica e socialmente insustentáveis que vem nos preocupando há algum tempo.

Apesar do alarmismo da mídia, é impossível negar os efeitos da intervenção antrópica no ambiente (GPEA, 2007). O homem interfere nos ciclos naturais mais essenciais a qualquer manifestação da vida e no equilíbrio dinâmico próprio dos sistemas naturais.

Como seres históricos, racionais, sociais, emocionais, lúdicos e capazes de produzir e reproduzir conhecimentos através das gerações, somos a única espécie, até os dias atuais, a ter consciência e, portanto, consciência da finitude dos recursos naturais. Sendo assim, respeitar as diferentes formas de vida existentes passa a ser não apenas uma condição natural de existência, mas uma questão ética.

Além disso, até o modo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo aceitar a sua existência não é meramente uma questão cognitiva, e sim, algo mediado por interesses, visões da sociedade que se almeja e que ocorre em um dado contexto político, social e temporal (IBAMA, 2002). Desta maneira, para poder compreender as relações atuais entre a humanidade e a natureza, faz-se necessário percorrer a história, buscando os fatos mais marcantes deste relacionamento de maneira que possamos elucidar o processo e os contextos em que foram formados.

O início desta lógica, do conjunto de valores que determina a maneira como o ser humano lida com o ambiente (na qual o homem domina todas as coisas, os seres e até mesmo o próprio homem), remonta a épocas antes de Cristo. Contudo, foi principalmente em Descartes (1596-1650), filósofo que liderou a mudança do pensamento antigo baseado em

Aristóteles (384 - 322 a.C) para a o racionalismo moderno, que o antropocentrismo se firma (GRÜN, 1996). O paradigma mecanicista se estabelece, a partir da “visão privilegiada” de seres humanos, abdica a percepção da natureza viva: “A natureza de cores, tamanhos, sons, cheiros e toques é substituída por um mundo “sem qualidades”. Um mundo que evita a associação com a sensibilidade” (GRÜN, 1996, p. 27). Sob a influência deste modelo de pensamento, as características e qualidades reais dos corpos e seres eram apenas as mensuráveis: forma, quantidade e movimento. A natureza passa a ser reduzida a um objeto, num processo de esquecimento e desvalorização. O antropocentrismo, derivado do modelo mecanicista e fragmentário, não atingiu apenas a filosofia e a ciência. Na era moderna, a própria lógica de pensamento, interpretação da realidade e relacionamento com a natureza passaram a se basear em seus fundamentos, o que viria a ser a única forma de conceber a realidade.

Além disso, o rompimento da humanidade com o meio natural se fortalece , no capitalismo, pois o ambiente é tomado como externo e alheio ao homem, mais uma mercadoria, com um alto valor utilitário: valor de troca. Esta é a concepção capitalista da natureza: ela só existe para “servir” ao homem. E esta não é a única herança do mecanicismo, pois a exploração se completa: do homem sobre o meio natural e do homem sobre o próprio homem. No entanto, sob a concepção lógica utilitarista, instrumental e mecanicista do modelo cartesiano de organização da vida humana em sociedade – incluindo a ciência - , a natureza não é considerada viva. Assim, o homem, detentor da razão única e autônoma,⁴ é capaz de destruir o planeta ou inviabilizar a sua própria vida nele, apesar de dominar os conhecimentos técnico-científicos sobre os ciclos naturais, as espécies terrestres e aquáticas, a evolução...

E essa lógica de ruptura entre matéria e espírito, tão presente no desenvolvimento da ciência, “permite a intervenção na natureza com objetivos práticos e econômicos, emancipando o homem de sua dependência primitiva, pré-científica” (TOZONI-REIS, 2004, p.37). Para o estabelecimento da razão única, recortada e independente da natureza, muito teve de ser “esquecido”: pontos de vista foram desconsiderados e silenciados. O moderno é confundido

⁴ O conceito de autonomia aqui se refere à independência e desprendimento entre a razão e o espírito, o subjetivo e o emocional. Tal conceito diverge daquele almejado pela Educação Ambiental crítica, em que autonomia se refere à emancipação, dignidade e liberdade como direito do ser humano, principalmente da parcela oprimida da população, de superar as condições que o oprimem.

com a verdade, consolidando a noção antropocêntrica do mundo. O passado lembra o atraso, gerando medo da vida “selvagem”. Desta forma, todo o trajeto da cultura para chegar ao ponto em que esta se encontra é afastado, a tradição e o clássico esquecidos, traduzindo a modernidade à única forma de conceber o mundo, uma fase a-histórica. Segundo Adorno (2006, p. 33) ao falar da humanidade sem memória

Não se trata meramente de um produto em decadência, da forma de reagir de uma humanidade sobrecarregada de estímulos e que não consegue mais dar conta dos mesmos, como se costuma dizer, mas refere-se a algo vinculado necessariamente à progressividade dos princípios burgueses. A sociedade burguesa encontra-se subordinada de um modo universal à lei da troca, do “igual por igual” de cálculos que, por darem certo, não deixam resto algum. Conforme sua própria essência, a troca é atemporal, tal como a própria razão, assim como, de acordo com sua forma pura, as operações da matemática excluem o momento temporal. (...) Economistas e sociólogos como Werner Sombart e Max Weber atribuíram o princípio do tradicionalismo às formas sociais feudais, e o princípio do racionalismo às formas burguesas. O que é o mesmo que dizer que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fosse uma espécie de resto irracional (...).

Segundo esse mesmo autor, “a humanidade alienada da memória, esgota-se sem fôlego na adaptação à realidade existente”, mergulhando na era do abandono e substituição. Frente aos graves problemas que a intervenção humana vem causando e considerando a complexidade destes, muito se tem discutido sobre a necessidade de considerarmos a história na conformação da realidade vivida, o que garantiria sua melhor compreensão, focando em ações que minimizam os estragos provocados. Com estas preocupações, vê-se a necessidade de superar o contexto em que a crise foi gerada, através da transformação do relacionamento entre seres humanos e natureza. Este processo deve ser inspirado no fortalecimento do sujeito, no exercício da cidadania para a compreensão da totalidade do mundo em sua complexidade, na busca de uma sociedade sócio-ambientalmente sustentável, abordagem esta realizada pela Educação Ambiental transformadora e emancipatória.

Assim, o processo educativo focado neste estudo procura tratar a questão ambiental historicamente, de maneira a evidenciar que os conflitos existentes derivam de uma maneira específica de organização da vida em sociedade e não de uma tendência própria do ser humano em explorar o seu semelhante e destruir o planeta. Essa busca da contextualização histórica abre a possibilidade para que os indivíduos possam se compreender dentro da relação com o ambiente para que se comprometam com uma ética de respeito às gerações passadas e às futuras (GRÜN, 1996), no sentido de construir sociedades sócio-ambientalmente sustentáveis. Neste sentido, a percepção de si mesmo como sujeito ativo, em

relação com a sua comunidade, abre espaço para um posicionamento crítico frente à realidade, o que implica em participação ativa, trazendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade à tona.

Assim, a Educação Ambiental crítica surge como possibilidade de revisão de nossos valores e de nosso relacionamento com o nosso próprio ambiente, nossa casa, cultivando novos valores, com o objetivo de fazer com que a sociedade busque a transformação de sua própria realidade e a superação da crise sócio-ambiental construída historicamente.

Com estas preocupações este estudo, resultante da dissertação de mestrado (FESTOZO, 2009), refere-se a uma comunidade centenária, remanescente do município do Guarujá, localizada na Prainha Branca, na Serra do Guararu. Essa região é conhecida popularmente como Rabo do Dragão e se encontra na porção leste da ilha de Santo Amaro. A comunidade caiçara da Prainha Branca é considerada a última comunidade tradicional remanescente no município de Guarujá, resultado dos apelos da especulação turística, comercial e industrial.

Inicialmente o projeto de pesquisa objetivava trabalhar com os moradores locais, incentivando-os a ler a sua realidade, identificando e analisando coletivamente as questões mais importantes e os problemas de seu cotidiano. Nossa intenção era incentivar a problematização da realidade sócio-ambiental da comunidade junto aos moradores para que eles compreendessem as contradições presentes e assumissem a responsabilidade sobre seu universo, trabalhando no enfrentamento das questões para transformá-las. Formamos um grupo de trabalho durante alguns meses, mas devido a uma série de problemas, a participação dos moradores se esvaziou e o grupo se dissolveu. Contudo, esta primeira tentativa do estudo, um mergulho na comunidade, possibilitou que um diagnóstico local fosse esboçado, oportunidade de extrema relevância para os estudos posteriores, em que as dificuldades inicialmente encontradas (envolvimento e participação) foram aprofundadas..

Desta forma, nosso problema de pesquisa, redefinido a partir desta tentativa inicial do desenvolvimento de uma pesquisa participativa, centrou-se na compreensão do envolvimento da comunidade caiçara da Prainha Branca do município de Guarujá, SP, nas atividades/projetos educativos e sócio-ambientais desenvolvidos na região, em especial aqueles que tinham como objetivo orientar as ações comunitárias em busca de melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, conhecer o processo histórico de formação daquela comunidade surgiu como imprescindível para compreender os processos participativos (ou não-participativos), principal problema da realização de nossa proposta inicial.

Objetivos

Considerando que este estudo foi realizado em um litoral cada vez mais explorado, na perspectiva de contribuir para o bem estar da população local, visando também a conservação de todo o ambiente, este estudo delimitou como objetivos:

Identificar e analisar os projetos já implementados na comunidade, entrevistando os responsáveis pela realização destes nas instituições proponentes, e os moradores da comunidade alvo dos projetos e programas.

Compreender o processo histórico de formação desta comunidade e os fatos mais marcantes na configuração desta realidade, de modo a elucidar os aspectos que envolvem esta dinâmica e a potencialidade desta população de construir sua própria história.

Metodologia

Educar é um fenômeno peculiar, uma necessidade ontológica de nossa espécie. Como seres conscientes, é pela educação que tomamos consciência de nossa consciência, ou conforme Adorno (2006), produzimos uma “consciência verdadeira”, “consciência emancipada”. No entanto, assim como todo produto social, a educação e também a ciência são condicionadas socialmente, progressivamente conformadas durante o processo histórico. Desta maneira, todos somos frutos do momento social em que vivemos e qualquer pesquisador reflete em seu trabalho os valores e princípios considerados em sua época (LÜDKE & ANDRÈ, 1986). Consideradas essas idéias, este trabalho utiliza como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa, pois parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre a realidade do mundo e o sujeito, uma conexão indissociável entre o mundo objetivo e as representações dos sujeitos. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, o sujeito observador é parte integrante do processo do conhecimento e interpreta a realidade, atribuindo-lhe significado que, por isso, não pode ser neutro.

Sendo assim, esta abordagem metodológica pretende romper com a concepção mecanicista, amparada na física matemática, elaborada sob uma lógica empírica e um método analítico (CHIZZOTTI, 2001), questionando a estabilidade dos fenômenos humanos, a estrutura fixa das relações e a ordem constante dos vínculos sociais. Segundo o mesmo autor, esta nova abordagem empenha-se em demonstrar a complexidade e as contradições dos fenômenos singulares, valorizando seus aspectos qualitativos, de maneira que no tratamento dos dados seja ultrapassada a aparência imediata das coisas e alcançada a sua essência.

A coleta de dados ocorreu de diferentes formas: entrevistas, a partir das quais foram coletados dados mais sistematizados, conversas espontâneas e informais, que se

configuraram como “entrevistas desestruturadas”, ambas realizadas com os moradores e proponentes de projetos desenvolvidos no local; além da documentação referente aos projetos desenvolvidos. As discussões realizadas por ocasião das reuniões do grupo de trabalho, na proposta inicial deste estudo, também foram anotadas e resultaram em dados da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com onze moradores da comunidade da Prainha Branca, entre seis homens e cinco mulheres. Dentre eles, dois, um homem e uma mulher também eram proponentes de projetos desenvolvidos no local. Nove proponentes de projetos foram entrevistados, seis homens e três mulheres.

A tarefa de análise de dados que implica na organização e compreensão de todo material coletado foi realizada neste estudo tendo como referencia teórico-metodológica o método dialético, método aqui compreendido como teoria, como referencial teórico-metodológico. Isso significa dizer que essa teoria é compreendida como uma forma de conceber a realidade: a compreensão dialética dos fatos é “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1988, p. 8). Esta concepção considera que a realidade tal como está é um produto histórico em que as fases mais recentes possuem características novas, mas estas não são autônomas, ou seja, a atualidade é formada por fatores históricos que permanecem e articulam-se aos novos. Isso significa dizer que a realidade não é um presente puro, mas guarda características históricas anteriores, e sua conformação se dá num processo de superação - por incorporação e não por negação - da fase anterior. Esta concepção leva em conta a interação de múltiplos fatores na determinação da realidade, e sendo assim, abarca não só o movimento da realidade e sua contraditoriedade, mas também os homens e as relações desempenhadas entre eles, rompendo com a fragmentação entre sujeito e objeto, e dando conta de um universo desdenhado pela ciência positivista (KONDER, 1988).

O estudo em questão tenta considerar a totalidade da história da comunidade para compreensão da realidade observada, mesmo tendo em mente que, sendo a pesquisa realizada por um sujeito, determinando histórico e socialmente, significados serão atribuídos de acordo com sua interpretação dos dados, com o seu olhar e até onde suas mãos alcançarem. Neste sentido, este projeto toma como base a dialética, para identificar os fatos mais marcantes ocorridos na história da comunidade da Prainha Branca, de acordo com os próprios moradores locais; interpretar o que pensam os moradores da comunidade e os propositores de projetos; e analisar como a conexão entre estes pensamentos e fatos repercutem na

organização da comunidade ao longo do tempo e na atualidade, pretendendo buscar uma compreensão mais profunda dos fatores estudados naquela realidade, um entendimento dialético da realidade constituída.

Resultados e Discussão

Após o re-delineamento da proposta de nosso trabalho, os projetos desenvolvidos na comunidade passaram a ser alvo de estudo, focalizando tanto os proponentes de projetos, como a comunidade influenciada, já que tanto a participação como a não participação nestas atividades fazem parte da história e, de alguma maneira, influenciam e configuram a realidade daquele povo. A seguir, breve descrição dos projetos, sob a ótica dos proponentes.

- Projeto “Caminhos da Mata”, Secretaria Municipal de Ambiente, Guarujá.

Caminhos da Mata é um projeto educativo desenvolvido desde 2005, cuja proposta é possibilitar que jovens das escolas Públicas do Guarujá conheçam melhor a cidade onde moram e a Prainha Branca é um deles. Os estudantes são levados até o local, onde fazem a trilha, passeiam na praia e, ao final, tomam banho de mar. Segundo o proponente não há participação da comunidade no projeto, apenas quando as crianças consomem produtos vendidos pelos comerciantes locais.

- Projeto PARACOM, Instituto Caá-Oby, Sócio-ambiental.

O Projeto PARACOM é um projeto educativo que consiste em aulas e palestras oferecidas para a sociedade em geral, e nesta etapa, ele se realizou na Prainha Branca, local onde já havia uma demanda, mas que havia sido reprimida por causa dos conflitos que vive a comunidade. O curso foi oferecido em quatro finais de semana e contou com aulas sobre direito, cidadania, zoonoses, saúde pública, segurança alimentar, biologia e geologia aplicadas ao local. Segundo o proponente 2, o objetivo do curso era gerar maior coesão social no grupo que se encontra fragmentado, agregando informação à vida daquela comunidade. Aqui, a população local participava assistindo às aulas, porém não se trata de participação ativa, já que eles não interferiam nos processos decisórios que constituem estes projetos; ou seja, o planejamento e os temas abordados estão previamente definidos, sem a participação dos moradores. Os dois responsáveis (proponentes 2 e 3) comentam que este não é o primeiro projeto planejado para o local, um outro: “Estudo da Capacidade Suporte”, com diversas parcerias estava para ser implementado, mas devido à falta de apoio financeiro e a boicotes por parte de alguns moradores da comunidade, foi interrompido.

- Projeto de arte com crianças.

Projeto artístico realizado por um artista plástico (proponente 4), morador de Vicente de Carvalho, Guarujá, que tem o objetivo de trabalhar com as crianças da comunidade local para confeccionarem enfeites, chaveiros, pequenos objetos em geral que poderão ser vendidos aos turistas, de maneira que a renda possa ajudar em suas casas. Aqui há participação ativa das crianças na definição dos rumos do projeto.

- Estudo sobre conflitos sócio-ambientais da Prainha Branca.

Estudo realizado por estudante de “Agronomia marítima”, residente na França (proponente 5), que objetiva realizar uma abordagem histórica dos conflitos sócio-ambientais da região. O estudo da área de gerenciamento costeiro tem o objetivo de abordar os conflitos relacionando-os “(...) com o meio ambiente e todas as irregularidades, problemas de terra, posse e propriedade”.

- Projeto “Gente de Fibra”, Fundo Social de Solidariedade.

Projeto que lidava com artesanato, coordenado por duas assistentes sociais (proponentes 6 e 7) do Fundo Social Municipal de Solidariedade (Guarujá). O trabalho buscava resgatar características da cultura caiçara do município e vinculá-las a atividades de geração de renda. O trabalho garantia a participação ativa da população que decidia as questões internas de forma coletiva, desde o início com a utilização da fibra de bananeira como matéria-prima. No início houve bastante participação das mulheres da comunidade, no entanto no final de dois anos, o trabalho foi interrompido devido a uma série de problemas: organização, localização geográfica da comunidade, e os conflitos que dividiam a população e causavam desmobilização do grupo.

- Projeto Agenda 21 Municipal

A proponente 6 diz que pretende implantar a Agenda 21 Municipal, coordenando as discussões dentro das comunidades. Planejam um novo projeto educacional participativo que abrangerá a comunidade da Prainha Branca e desta vez, devido aos conflitos vividos na região, utilizarão como estratégia de mobilização o trabalho com as crianças.

- Projeto “Estrada Parque Serra do Guararu”, SOS Mata Atlântica e Iporanga

Este projeto educacional, voltado ao turismo, foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a Sociedade de Amigos do Sítio Iporanga (SASIP), condomínio vizinho à Prainha (proponente 8) e a ONG SOS Mata Atlântica (proponente 9). O projeto realizado através de

metodologia participativa, promoveu ações que colaboraram com o desenvolvimento sustentável da comunidade, trabalhando com os moradores e suas lideranças, para o fortalecimento comunitário, incentivando-os a serem protagonistas de sua história. O projeto foi desenvolvido por cerca de quatro anos, alguns objetivos foram atingidos, mas devido a problemas similares aos vividos nos projetos anteriormente descritos, principalmente à falta de participação, foi interrompido.

- Projeto Guias turísticos locais, SOS Mata Atlântica e Sociedade de Amigos da Prainha Branca

O projeto educativo estava em início de desenvolvimento, com apoio da ONG ambientalista e da Sociedade de Amigos da Prainha, sendo desenvolvido por moradores locais e professores convidados. Uma das responsáveis foi entrevistada, (proponente-moradora 1). O projeto tem como objetivo de formar jovens moradores para atender a demanda turística que chega até a Prainha, gerando emprego e renda para a comunidade, assim, conta com a participação dos moradores que freqüentam as aulas, mas não interferem diretamente nas decisões do projeto. A atividade estava planejada há tempos, mas devido aos conflitos vivenciados pela população, foi adiado, só sendo implementado em 2008.

- Aulas de inglês

Outro projeto educacional desenvolvido na comunidade são as aulas de inglês oferecidas voluntariamente por um morador recentemente instalado na região, buscando preparar o morador local para atender os turistas estrangeiros. As aulas acontecem na escolinha da Prainha Branca, mais um projeto que contava com a participação dos moradores, mas não de forma ativa. Quando da entrevista com o proponente-morador 2, o projeto havia sido interrompido pela Diretoria de Ensino do Guarujá, devido a denúncias de moradores da comunidade, por falta de ofício ou registro.

Além destes projetos descritos, a nossa primeira proposta de intervenção na comunidade, por meio da metodologia de pesquisa-ação-participativa é representada aqui como mais um projeto. O projeto de Educação Ambiental começou a se configurar em janeiro de 2007 e perdurou até setembro de 2007, entre visitas às casas dos moradores e reuniões com o grupo de trabalho, em que se pretendia que estes participassem de forma ativa de todas as decisões do projeto. Como já descrito, o projeto tal como planejado foi interrompido por falta de participação dos moradores.

Além dos proponentes de projetos, os moradores da comunidade também foram entrevistados e falaram sobre os projetos realizados na Prainha Branca. Em seus depoimentos podemos observar duas tendências gerais:

-Aqueles pessoas que acreditam que os problemas estão sempre fora da comunidade: projeto, proponentes, entre outros. Reclamam das atividades desenvolvidas e da falta de apoio, que os projetos não trazem contribuições e que os moradores não têm participação na configuração problemática atual:

“(...) aqui as pessoas não dão nada, eles não se interessam. (...) Eles começam, mas não tem uma pessoa que vem e ensine mesmo para a gente, entendeu?(...)”
(moradora 1)

Nota-se também certa falta de autonomia, como se dependessem de projetos implementados por pessoas de fora para realizar atividades na comunidade.

-A outra tendência reúne pessoas que enxergam acertos e erros dos projetos, fazem críticas, mas reconhecem a participação ativa da comunidade na configuração da realidade.

“Um longo tempo, tudo aprendemos, técnicas tudo, mais daí não foi pra frente porque nós não tivemos espaço (...), se a gente tivesse continuado o projeto com a fibra de bananeira, seria um ótimo curso! (moradora 8).

“(...) Mas o pessoal às vezes não se interessa, não se empolga muito (...) É o que eu te falo. O pessoal cobra, mas na hora que vem... pessoal começa bem no primeiro dia, no outro já não vai. Aí...”(morador 5).

Como pôde ser percebido vários projetos foram realizados no local. Alguns deles liderados por pessoas individualmente, outros, pelo Poder Público e outros ainda por instituições não governamentais. Nem todos eles, no entanto, preocupavam-se com a participação ativa da população nas decisões relacionadas aos projetos. Este é um ponto importante para análise neste estudo, pois a comunidade aprendeu a participar de projetos, pré-definidos, com o planejamento das atividades já realizado, projetos em que as atividades já estavam estabelecidas. Trata-se, portanto, de propostas que desconsideram a importância da participação da população na discussão das ações a serem realizadas. Durante conversas com alguns moradores foi possível identificar alguns detalhes desta prática: os moradores sentiam-se usados pelos projetos, expressavam sua crítica aos estudos que coletavam informações e prometiam muitas melhorias, mas após terminarem a coleta, não retornavam para mostrar o resultado das pesquisas e efetivamente pouco era realizado. Alguns desses

projetos foram realizados através de parcerias dos proponentes com a Associação de Amigos da Prainha Branca, que desde 2004 possui uma liderança conflituosa na comunidade, pois agrada a alguns dos moradores e desagrade a outros. Sendo assim, alguns moradores nem chegavam a participar das atividades.

Observa-se de acordo com projetos realizados em outras comunidades por diferentes instituições em lugares muito distantes e diferentes, como o caso dos Projetos realizados pela Fundação Amazônica (FVA) em Novo Airão, AM e PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) Chico Mendes, no seringal Cachoeira, Xapuri, AC, o contato com pessoas em posição de liderança é uma estratégia utilizada no início dos trabalhos, para aproximação com a comunidade (WWF, 2000). Quando esta liderança não pode ser identificada, é interessante que o trabalho se volte inicialmente para a organização destas lideranças populares. Na Prainha Branca a situação é um pouco mais complicada, pois apesar de haver lideranças identificadas, elas são bastante questionadas como liderança. Existem muitos conflitos na comunidade. Assim, se os proponentes dos projetos iniciassem o contato com uma das lideranças, provavelmente parte da população não participaria do projeto antes mesmo de conhecê-lo.

Esses outros projetos de educação ambiental realizados em outras comunidades também encontram muitas dificuldades. A população das comunidades muitas vezes vê com receio a chegada de um estranho no local, que se propõe a trabalhar questões que à primeira vista não lhe dizem respeito. Além do que, promover a participação comunitária não é tarefa fácil. Contudo, alguns projetos de Educação Ambiental em comunidades são bem sucedidos, pois apostam na organização, capacitação e divulgação do projeto, para que as pessoas passem a perceber que existem alternativas possíveis, conquistadas pelo trabalho comum. Com o tempo e o trabalho comum, eles próprios percebem os benefícios de trabalhar em conjunto. Um dos participantes do Projeto Jupará comenta: “Sozinho, a gente nunca chega ao objetivo. Estando junto, um conta um caso, uma história e tudo corre bem.” (Idem, p.38). Em alguns casos, após o desenvolvimento de projetos que visam a participação ativa e a autonomia da comunidade, a população consciente das contradições presentes na sua realidade, passa a atuar com força própria, promovendo novas melhorias e conquistas através da união de sua população. O projeto só consegue chegar a tal ponto, porém, quando os seus participantes se sentem responsáveis pelo seu próprio futuro e pelo futuro de sua comunidade, nos aspectos social e ambiental. Neste mesmo sentido, uma das proponentes do projeto, realizado em

Novo AIRÃO - AM, comenta: “Aos poucos a comunidade começa a perceber que não basta ficar esperando pelo poder público e que no limite dos meios disponíveis pode-se encontrar alternativas para melhorar as condições e a qualidade de vida” (WWF, 2000, p. 35). A população da Prainha Branca, de maneira geral, não se sente representada pelo poder público municipal, considera-o alheio às questões comunitárias, o que agrava uma crise de identidade já tão profunda devido à perda gradual dos costumes, que um dia foram tradicionais.

A população da Prainha Branca tem sua história marcada por tradições comunitárias. A partir de relatos de moradores, proponentes de projetos e documentação relacionada a estes, buscamos captar um pouco desta história. A serra do Guararu localiza-se na região noroeste da Ilha de Santo Amaro (Ilha do Guarujá), na faixa compreendida entre o canal de Bertioga e o Oceano Atlântico. Esta porção da ilha é denominada de “Rabo do Dragão”, já que a ilha como um todo tem a forma semelhante a um Dragão e representa o maior conjunto de remanescentes de Mata Atlântica: Floresta Ombrófila densa, Mangue e Restinga de todo o município do Guarujá. O Rabo do Dragão compreende uma área de 4.000 hectares, dentre os quais 1.983,39 hectares foram tombados em 1992, por razões históricas e ambientais, sob a Resolução de nº 48 de 1992, Secretaria de Estado da Cultura (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).

As ruínas históricas que ainda podem ser observadas no local remontam à história de colonização do Brasil do século XVI. Lá foram edificadas dois Fortes: a Fortaleza de Santiago no continente, em Bertioga e, na margem oposta, na Ilha de Santo Amaro, a Fortaleza de São Felipe. “Essa região foi palco de lutas constantes entre portugueses e índios nos primeiros momentos da colonização” (TULIK, 1981, *apud* SOS MATA ATLÂNTICA, 2004, p. 19). O povoamento da Ilha de Santo Amaro se iniciava a partir deste ponto.

O local também guarda ruínas da “Ermida de Santo Antonio de Guaibê”, que foi construída em 1557, para consolidar a presença dos portugueses nas terras locais (PMG, 2006). A Ermida foi toda construída com pedras, argamassa de óleo de baleia e sambaquis, e segundo o mesmo documento, sua edificação contou com a ajuda de indígenas e habitantes da Vila de São Vicente. Os moradores da região comentam que por ali passou o Padre José de Anchieta, local em que ele realizou vários milagres. Desta forma, anualmente, nos dias 12 e 13 de julho (dias de Santo Antônio) os moradores da comunidade, comemoram este feito histórico, enfeitando e iluminando as ruínas da Ermida com velas, “tentando recriar o quadro deparado por Anchieta há quase 430 anos” (PMG, 2006, p. 16).

A região também abrigou nos séculos XVIII e XIX a Armação das Baleias. O óleo resultante da pesca das baleias era utilizado para iluminação pública e abastecia cidades como Santos, São Paulo e até o Rio de Janeiro (na época, capital do Brasil). A atividade perdurou por cerca de 200 anos e era comparada em magnitude com aquela desenvolvida no Rio de Janeiro:

Galpões foram construídos ali e no continente para o recolhimento de barbatanas, além de seis grandes tanques para o depósito de óleo de 100 baleias e 12 caldeiras servidas de 30 escravos no “engenho de frigar”, erguidos junto à ermida de Santo Antonio do Guaibê. As baleias eram abundantes nesta faixa litorânea. A atividade durou mais do que as localizadas no centro e norte do Brasil, porque as águas frias do Sul retiveram as baleias por mais tempo, uma vez que as espécies buscavam refúgio às perseguições (PMG, 2006, p. 19).

O local em pouco tempo se tornou um movimentado vilarejo, abrigando inicialmente as casas das pessoas que trabalhavam nas instalações da Armação da Baleia e depois, compradores e visitantes. O velho Forte de São Felipe guardava todos os apetrechos da nova indústria. Além da matança indiscriminada de baleias, a vegetação da região foi em grande parte degradada, abrindo espaço para as novas construções. A lenha proveniente das árvores também era utilizada como combustível para a atividade industrial. Contudo, após a desativação da indústria de óleo de baleia, o povoamento da região foi se diluindo, pois o local já não apresentava atrativos à permanência das pessoas, inclusive devido ao seu isolamento geográfico.

Os dados indicam que a ocupação atual no núcleo da Prainha tenha ocorrido de maneira desvinculada daquela observada anteriormente: Segundo trabalho realizado pela SOS MATA ATLÂNTICA (2004, p. 19) “não existem referências que comprovem a continuidade do povoamento, o que faz crer na existência de um pequeno hiato entre a fase colonial e a contemporânea”. A floresta de encosta, por situar-se principalmente em áreas de difícil acesso e também a formação vegetação densa que se regenerou ali, Floresta Ombrófila Densa, foi pouco favorável à ocupação e acabou sofrendo impacto menos intenso. Por este motivo as serras da porção norte da Ilha de Santo Amaro encontram-se quase que inteiramente cobertas por Mata Atlântica de encosta. No entanto, as limitações geográficas de ocupação parecem não ser a única razão pela qual a região ficou à margem da especulação imobiliária, desenvolvimento econômico e degradação ambiental da Baixada Santista.

Um dos fatos que podem explicar a estagnação econômica da região foi o entulhamento do Canal de Bertioga, na segunda metade do século XVIII, em favorecimento do Porto de Santos. Com isso, todos os navios de grande porte foram obrigados a entrar pelo estuário santista ou da Barra Grande, fazendo quase desaparecer os pequenos portos existentes ao longo do rio Bertioga que, até hoje, só

pode ser percorrido por canoas, lanchas e embarcações de pouco calado. Assim, tornaram-se sem serventia os Fortes irmãos (São Felipe na ilha de Guaibê e São Thiago em Bertiooga). (PMG, 2006, p. 20)

Segundo o proponente 1, a população mais recente da Prainha Branca é composta por caiçaras, vindos de Bertiooga, principalmente da região do Montão de Trigo e de duas ilhas próximas de Ilha Bela, pessoas que viviam da pesca, e que por muito tempo mantiveram esta tradição, passando de pai para filho. De acordo com informações fornecidas por moradores locais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004), até o final da década de 50, a comunidade sustentava-se a partir dos recursos naturais, e a extração era realizada tanto de forma individual como coletiva. A coleta era destinada ao consumo interno, para a sobrevivência dos moradores, e uma porcentagem muito pequena dos recursos era vendida ou trocada por outros valores não existentes no local, quando era possível fazer estoque.

Foi a partir da pavimentação da Estrada Guarujá-Bertiooga, Rodovia Ariovaldo Viana, SP 61, em 1958, que segundo os próprios moradores, toda a situação do local se modificou. Com o acesso mais fácil aos centros urbanos e, portanto, a novas oportunidades no mercado de trabalho, os moradores conquistam novos empregos, na vizinha Bertiooga, nas indústrias de beneficiamento de pescado nas margens da rodovia e também em outros locais. Neste período, novos moradores chegam à Prainha Branca, fase também marcada pela subdivisão dos terrenos entre membros da mesma família. A progressão no número de habitantes da Prainha pode ser esclarecedora: doze famílias em 1928, 30 famílias em 1942, 294 habitantes em 1978 e aproximadamente 350 habitantes em 2004 (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).

Apesar deste crescimento acelerado, de acordo com depoimentos dos moradores da comunidade alvo do estudo e da documentação dos projetos lá desenvolvidos, podemos notar que a maior parte das famílias lá residentes está no local desde o início do século e possuem, em geral, um grande vínculo com o ambiente. No entanto, atualmente mais de 90% da população ativa da Prainha trabalha fora da comunidade (principalmente em Bertiooga), excluindo somente os donos de comércio, alguns funcionários públicos que trabalham na limpeza e manutenção do local, e pouquíssimos pescadores que vivem de “bicos” (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004). Assim, a maioria da população não depende mais do meio para seu sustento, o trabalho, as técnicas tradicionais de pesca e artesanato e o conhecimento necessário para exercer estas atividades já não são passados como herança aos filhos, uma vez que não são necessários para a reprodução da vida. Atualmente a população reside no local (espaço geográfico), mas ao conviver fora da comunidade grande parte do tempo,

mergulhada na lógica da sociedade capitalista, reproduz as características desta sociedade em seu meio, perdendo aos poucos a sua forma própria de organização social, diluindo gradativamente as características comunitárias. Vale destacar que a comunidade da Prainha Branca é vizinha de quatro outras praias, onde hoje existem condomínios de luxo, mas que no passado abrigaram comunidades tradicionais.

Além disso, a principal atividade econômica dentro da comunidade deixou de ser a pesca e passou a ser o turismo. O número de pessoas que visita suas praias, em épocas de pico, a partir do ano de 1999, é muito grande: no verão de 2006, o número de turistas atingiu 10 mil pessoas. Esta progressão no número de turistas foi determinante para se fazer cumprir o TAC (Termo de Ajuste de Conduta nº 13/97) no carnaval de 2006, já que grande parte da população estava descontente com o grande movimento trazido pela atividade de “camping”, o que gerou muitas denúncias.

Desta maneira, a atividade de “camping”, fonte de renda para algumas famílias locais, foi proibida. Essa proibição foi apoiada por alguns moradores e contestada por outros, gerando o maior conflito que a população vive atualmente e que interferiu diretamente na proposta inicial do projeto de pesquisa-ação-participativa. A comunidade que outrora possuía forma própria de organização social, diferentemente da forma de organização das sociedades contemporâneas como um todo, agora reproduz em seu meio comunitário, características de um sistema que fez da competição a sua inspiração.

Conforme o Plano Diretor Participativo, Lei de Uso e Ocupação do Solo do Guarujá de Dezembro de 2006, a população residente na Prainha Branca é considerada comunidade tradicional. Segundo o Decreto 6040 de 7 de Fevereiro de 2007, Artigo 3º: I, são considerados povos e comunidades tradicionais:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Segundo Urrutia (*apud* CARVALHO, 2002, p. 83) comunidade é o “cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham condições sociais comuns, e face a elas, organizam seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria”. Para outro autor, importante referência nesses estudos, Robert MacIver, as fronteiras de uma comunidade serão definidas de acordo com o

espaço onde esta vida comum ocorre. Neste local os sujeitos sociais se relacionam por meio da colaboração, unificação e também através da competição e conflito.

Seja qual for a teoria empreendida para analisar a questão, Carvalho (2002), ao estudá-las, destacou alguns elementos comuns a todas elas: unidade social (geralmente pequenas, como bairros, aldeias e etc.); área geográfica determinada (*locus* onde a comunidade vive e se desenvolve); membros com algum tipo de interesse comum (tradição, trabalho, compromissos); interatividade social constante (maior com a comunidade do que com demais agrupamentos); consciência do “ser comunitário”(não apenas participar ou ser ativo, mas sim pertencer, ser parte da comunidade) (CARVALHO, 2002, p. 85). Este sentimento coletivo entre moradores comunitários, o entendimento compartilhado por seus membros é bem esclarecido por Tönnies (*apud* BAUMAN, 2003). Segundo ele este entendimento não é um consenso, mas é bem mais que isso, já que precede negociações e disputas, acordos e desacordos. Trata-se de um sentimento recíproco que une os membros de uma comunidade, a vontade verdadeira e própria daqueles que se vinculam, algo tão natural para os membros do grupo, que intuitivo. Este entendimento compartilhado pelos membros comunitários os diferencia das pessoas das sociedades modernas, mas apenas à medida que a pequena comunidade se mantém isolada, protegendo suas tradições e se auto-sustenta, ou seja, gerencia e atende às necessidades de seus membros, dentro de seus próprios limites.

Um aspecto relevante na definição de "culturas tradicionais" é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1994, p. 76).

Segundo Bauman (2003, p. 18) a comunidade que compartilha características comuns aos seus membros começa a encontrar dificuldades

(...) no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação “de dentro” e “de fora”, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre “nós” e “eles”. A mesmidade se evapora quando a comunicação entre os de dentro e mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas

Comunidades que mantiveram as atividades e esforços girando em torno do bem comum, que conseguiram preservar suas características e seu entendimento tácito compartilhado, mesmo envoltas à sociedade capitalista, hoje praticamente não existem. Bauman (2003) especifica

inclusive que em sua concepção, existem realmente dois tipos de comunidades, a sonhada e a real. A grande parte das comunidades que se mantém unida (muitas foram expulsas do local de origem, outras se dissolveram) se assemelha muito mais a uma “fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna”.

Apesar da população da Prainha Branca ser considerada pelo Plano Diretor Participativo do Guarujá de Dezembro de 2006 uma comunidade tradicional e de manter preservado o meio natural que a envolve, atualmente existem poucos elementos que remetam a este passado de tradição comunitária. As festas tradicionais da “Tainha” e a “Festa Julina” ocorrem anualmente, e segundo moradores, contam com a participação de toda a comunidade, inclusive angariando verba para alguma obra comunitária, construída com mão-de-obra local. São exemplos de obras comunitárias: reforma da escola local e construção do muro de contenção da maré na igreja. Outro elemento característico da tradição local são os mutirões, realizados de tempos em tempos. Outras ações comunitárias são organizadas, como a construção da trilha pavimentada de acesso à comunidade e a construção do encanamento para abastecimento de água (cuja fonte, uma cachoeira localizada na região, foi limitada por um ex-deputado que possui uma mansão inserida geograficamente nesta comunidade). Além destas características, existem outros detalhes como o forte costume religioso, demonstrado pelas reuniões semanais do grupo de oração e também pelo “linguajar” próprio, percebido no convívio com os moradores.

Considerações finais

A história e os projetos desenvolvidos no local foram imprescindíveis para melhor compreensão da dinâmica da comunidade, do envolvimento da população em suas questões e dos conflitos e contradições vivenciadas. Nota-se que o sentimento comunitário e a organização interna da população estão sendo, aos poucos, destruídos na Prainha Branca: não há mais ocasiões onde seus moradores se reúnam para discutir questões de interesse comum; os conflitos são constantes e ocorrem em diferentes esferas (com o poder público, com a especulação imobiliária, e internamente entre os próprios moradores) e principalmente, não há uma busca pela união e identidade comunitárias. Além disso, a maior parte dos projetos realizados na Prainha Branca não visava a participação dos moradores. Nos projetos em que isso ocorria, percebemos a ausência dos moradores nas atividades, receosos devido a todo clima de tensão vivido no local. Tudo isso agrava ainda mais a tomada de consciência pela

população de quão importante são os processos participativos para construção de sua própria história. Acreditamos, portanto, que a comunidade já não pode ser caracterizada como tradicional. No entanto, ela tem este potencial, devido ao seu histórico de tradições e trabalho comum. Nota-se claramente no contexto em que o estremecimento das relações comunitárias se deu os interesses políticos e econômicos (externos). Mas, nota-se também, e acima de tudo, o potencial coletivo que possuem como comunidade, se organizados a partir da história comunitária, das tradições e trabalho coletivo.

Assim, a Educação Ambiental pode ser uma importante estratégia de intervenção democrática, no sentido de conscientizar os moradores para a participação e para reconquista da cidadania, a serem senhores de sua própria vida, autônomos e capazes de escrever sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T., **Educação e Emancipação**, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.
- CARVALHO, V. S de Educação Ambiental & Desenvolvimento Comunitário. Rio de Janeiro, RJ: WAK, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 5ª Ed. Cortez: São Paulo, 2001.
- DIEGUES, A.C.S, **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.
- FESTOZO, M. B **Educação Ambiental em comunidades: um estudo na Prainha Branca**, Guarujá, SP, 2009, 155p. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) – Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.
- GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996.
- GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GPEA) **Comunicação oral**, UNESP- Campus Bauru-SP, 2007.
- IBAMA, **Como o Ibama exerce Educação Ambiental** /Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Coordenação Geral de Educação Ambiental, Brasília: Edições IBAMA, 2002.

KONDER, L. **O que é dialética**. 18ª Ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**. São Paulo: EPU, 1986.

MARKUS, G. **Marxismo y antrologia**. Barcelona: Grijalbo, p. 09-26, 1974.

MARX, K. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização in O Capital**, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, **Plano Diretor Participativo**, Lei de Uso e Ocupação do Solo, PMG, 2006.

SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**, 17ª Ed., Campinas: Autores Associados, 2007.

SOS Mata Atlântica, **Caracterização Sócio Ambiental da Prainha Branca**, Serra do Guararu, São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2004.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

WWF, **Caminhos e Aprendizagens: Educação Ambiental, conservação e desenvolvimento**: WWF Brasil, Brasília, 2000.